

aprova  
concursos

# PM-GO

Cadete

Polícia Militar do  
Estado de Goiás



Edital **verticalizado**

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de texto.
2. Tipologia e gêneros textuais.
3. Figuras de linguagem.
4. Significação de palavras e expressões.
5. Relações de sinonímia e de antonímia.
6. Ortografia.
7. Acentuação gráfica.
8. Uso da crase.
9. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.
10. Locuções verbais (perífrases verbais).
11. Funções do “que” e do “se”.
12. Elementos de comunicação e funções da linguagem.
13. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempos e modos verbais.
14. Domínio dos mecanismos de coerência textual.
15. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
16. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).
17. Concordância verbal e nominal. 18. Regência verbal e nominal.
19. Colocação pronominal.
20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.
21. Função textual dos vocábulos. Variação linguística.
22. Redação Oficial.

## **REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS**

1. Formação econômica de Goiás: a mineração no século XVIII, a agropecuária nos séculos XIX e XX, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana, as transformações econômicas com a construção de Goiânia, industrialização, infraestrutura e planejamento.
2. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.
3. Aspectos da história política de Goiás: os bandeirantes e a colonização, o coronelismo e oligarquia na República Velha, a Revolução de 1930, aspectos políticos e administrativos de 1930 até os dias atuais.
4. Aspectos da História Sociocultural de Goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular goiana.
5. Atualidades econômicas, políticas, sociais e culturais do Estado de Goiás.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

### **DIREITO PENAL**

1. Da Aplicação da Lei Penal (arts. 1º ao 12 do C.P.).
2. Do Crime (arts. 13 a 25 do C.P.).
3. Da Imputabilidade penal (arts. 26 a 28 do C.P.).
4. Do Concurso de pessoas (arts. 29 a 31 do C.P.).
5. Das Penas e sua Aplicação (arts. 32 a 76 do C.P.).
6. Suspensão condicional da pena (arts. 77 a 82 do C.P.) e Livramento condicional (arts. 83 a 90 do C.P.).
7. Dos Efeitos da condenação: Reabilitação e medidas de segurança (arts. 91 a 99 do C.P.).
8. Da Ação Penal (arts. 100 a 106 do C.P.).
9. Da Extinção da punibilidade (arts. 107 a 120 do C. P.).
10. Dos Crimes contra a pessoa e contra o patrimônio (arts. 121 a 183 do C.P.).
11. Dos Crimes contra os costumes (arts. 213 a 234 do C.P.) e contra a família (arts. 235 a 249 do C.P.).

12. Dos Crimes contra a incolumidade pública (arts. 250 a 285 do C.P.) e contra a fé pública (arts. 289 a 311 do C.P.).
13. Dos Crimes contra a Administração Pública (arts. 312 a 359-H do C.P.).
14. Decreto-Lei nº 3.688/41 (Contravenções Penais) e Legislação Penal Especial.
15. Lei Nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 (Crimes de Abuso de autoridade).
16. Lei 7.960/89.
17. Decreto-Lei 201/67 (Crimes de Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores).
18. Lei 5.250/67 (Crimes de imprensa), com as alterações dadas pelas Leis 6.071/74, 6.640/79 e 7.300/85.
19. Lei 6.766/79 (Crimes definidos na Lei de parcelamento do solo urbano).
20. Lei 8.137/90 (Crimes contra a ordem tributária) e alterações.
21. Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Crime organizado).
22. Leis: 9.303/96 e 10.217/01.
23. Lei 9.296/96 (Crime de interceptação e de comunicação telefônica).
24. Lei 9.455/97 (Crimes de tortura).
25. Lei 10.741/03.
26. Leis 9.985/00 e 11.204/06.
27. Lei 9.613/98 (Lavagem de dinheiro), com as alterações dadas pelas Leis 10.467/02 e 10.701/03.
28. Lei 11.101/2005 (Crimes falimentares).
- Lei 11.340/2006 (violência familiar e doméstica contra a mulher).

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito Constitucional.
  - 1.1. Poder constituinte.
  - 1.2. Natureza.
  - 1.3. Poder constituinte originário.
  - 1.4. Poder constituinte derivado.
  - 1.5. Limites ao poder de reforma da Constituição.
  - 1.6. Conceito e Espécies.
  - 1.7. Cláusulas pétreas.
  - 1.8. Normas constitucionais.
  - 1.9. Classificação.
  - 1.10. Interpretação, integração e aplicação.
  - 1.11. Controle da constitucionalidade.
  - 1.12. Via de ação e via de exceção.
  - 1.13. Controle de constitucionalidade por omissão.
  - 1.14. Recepção.
  - 1.15. Repristinação.

- 1.16. Princípios fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º).
- 1.17. Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º).
- 1.18. Direitos sociais.
- 1.19. Nacionalidade.
- 1.20. Direitos políticos (arts. 6º a 16º).
- 1.21. Organização do Estado.
- 1.22. Organização administrativa.
- 1.23. União. Estados.
- 1.24. Distrito Federal.
- 1.25. Municípios.
- 1.26. Intervenção nos Estados e Municípios (arts. 18 a 36).
- 1.27. Da Organização dos Poderes.
- 1.28. Poder Legislativo.
- 1.29. Estrutura e competência (arts. 44 a 52 e 59 a 69).
- 1.30. Poder Executivo.
- 1.31. Estrutura e competência (arts. 76 a 86).
- 1.32. Poder Judiciário.
- 1.33. Estrutura e competência (arts. 92 a 125).
- 1.34. Das funções essenciais à Justiça: Ministério Público (arts. 127 a 132).
- 1.35. Advocacia e Defensoria Pública (arts. 133 a 135).
- 1.36. Da ordem econômica e financeira: Princípios gerais (arts. 170 a 181).
- 1.37. Política agrícola e fundiária e reforma agrária (arts. 184 a 191).
- 1.38. Sistema financeiro nacional (art. 192).
- 1.39. Ordem social: Saúde (arts. 196 a 200).
- 1.40. Comunicação social (arts. 220 a 224).
- 1.41. Meio ambiente (art. 225).
- 1.42. Família: Criança, adolescente e idosos (arts. 226 a 230).
- 1.43. Constituição do Estado de Goiás – Da Organização dos Poderes, Estruturas e Competência.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Direito Processual Penal: Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.
  - 1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal.
2. Inquérito policial (arts. 4º a 23 do C.P.P.).
3. Ação penal (arts. 24 a 62 do C.P.P.).
4. Competência (arts. 69 a 91 do C.P.P.).
5. Questões e Processos Incidentes (arts. 92 a 154 do C.P.P.).



6. Prova (arts. 155 a 250 do C.P.P.).
7. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça (arts. 251 a 281 do C.P.P.).
8. Prisão e Liberdade Provisória (arts. 282 a 350 do C.P.P.).
9. Citações e Intimações (arts. 351 a 372 do C.P.P.).
10. Sentença (arts. 381 a 393 do C.P.P.).
11. Processos em Espécie (arts. 394 a 555 do C.P.P.).
12. Nulidades (arts. 563 a 573 do C.P.P.). 13. Recursos (arts. 574 a 620 do C.P.P.).
14. Revisão Criminal (arts. 621 a 631 do C.P.P.).
15. Habeas Corpus (arts. 647 a 667 do C.P.P.) e Mandado de Segurança em Matéria Penal.
16. Lei 7.210/84 (Execução Penal).
17. Lei 11.340/2006 (violência familiar e doméstica contra a mulher).
18. Lei nº 9.099/95 e 10.259/2001, com as alterações das Leis 9.839/99, 10.455/02 e 11.313/06 (Juizados Especiais Criminais).
19. Lei federal nº 7.960/1989 (prisão temporária).

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Administração Pública: conceito, elementos, natureza e objetivos. Organização Administrativa do Estado: Administração direta e indireta; Agentes Públicos: espécie e classificação, poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego.
2. Atividade administrativa: abuso e desvio de poder, desvio de finalidade.
3. Administração Pública: princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, proporcionalidade, eficiência, continuidade e autoexecutoriedade.
4. Os poderes administrativos: regulamentar, hierárquico, disciplinar e de polícia.
5. A discricionariedade, conteúdo e limites.
6. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
7. A privatização, disciplina e efeitos. O serviço público: concessão, autorização e permissão.
8. Agências reguladoras.
9. Ato administrativo: conceitos, requisitos, atributos, classificação, espécie e invalidação
10. Condições e pressupostos.
11. Vícios.
12. Formas de desconstituição, revogação e anulação.
13. Contrato administrativo: características, formalização, execução, inexecução e principais tipos.
14. Formas de rescisão e revisão.

15. Equilíbrio contratual e cláusulas exorbitantes.
16. Leis de licitação 8.666/93 e 14.133/2021.
17. Dispensa e inexigibilidade.
18. O procedimento licitatório.
19. Direito de propriedade e limitações administrativas.
20. A desapropriação e seu processo.
21. Requisição, servidão e ocupação provisória.
22. O controle da Administração e suas modalidades.
23. Mandado de segurança, ação popular e ação civil pública.
24. A responsabilidade civil do Estado pelos atos executivos, legislativos e jurisdicionais.
25. O processo administrativo, finalidades, garantias e tipos.
26. Servidores públicos: direitos, deveres e responsabilidades.
27. Lei nº 8.429/1992 – Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

## DIREITO PENAL MILITAR

1. Decreto-Lei 1.001/69.
  - 1.1. Aplicação da lei penal militar.
  - 1.2. Do Crime.
  - 1.3. Da Imputabilidade Penal.
  - 1.4. Concurso de agentes.
  - 1.5. Das penas principais.
  - 1.6. Efeitos da condenação.
  - 1.7. Das medidas de segurança.
  - 1.8. Ação penal.
  - 1.9. Extinção da punibilidade.
  - 1.10. Dos crimes militares em tempo de paz.
  - 1.11. Dos crimes militares em tempo de guerra.
  - 1.12. Dos crimes contra a Administração Militar.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

1. Decreto-Lei 1002/69.
  - 1.1 Da Lei processual penal militar e sua aplicação.
  - 1.2 Da polícia judiciária militar.

- 1.3 Da ação penal militar.
- 1.4 Do juiz, auxiliares e partes no processo.
- 1.5 Da denúncia.
- 1.6 Do foro militar.
- 1.7 Da competência.
- 1.8 Das questões prejudiciais.
- 1.9 Dos incidentes.
- 1.10. Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar.
- 1.11. Dos crimes contra o serviço e o dever militar.
- 1.12. Das medidas assecuratórias.
- 1.13. Dos processos.
- 1.14. Das nulidades e dos recursos.
- 1.15. Da execução.
- 1.16. Da justiça militar em tempo de Guerra

## NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).
2. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90).
3. Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89).
4. Apresentação e uso de documento de identificação pessoal (Lei nº 5.553/68).
5. Lei 13. 869/2019 – Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade.
6. Definição dos crimes de tortura (Lei nº 9.455/97).
7. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).
8. Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03): dos crimes em espécies.
9. Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).
10. Lei Maria da Penha – Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/06): Título I e II, Cap. III do Título III.
11. Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Lei nº 11.343/06).
12. Crimes contra as Relações de Consumo (Título II da Lei nº 8.078/90).
13. Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41).
14. Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/98).
15. Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás (Lei Estadual nº 8.033/75).





**aprova**  
concursos

**0800 727 6282**

[www.aprovaconcursos.com.br](http://www.aprovaconcursos.com.br)